



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Médio completo

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Tipo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da redação é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

“Onde, sob os olhos dos juízes, o direito é derrubado pela iniquidade e a verdade pela mentira, são derrubados os próprios juízes”.

Sobre a estrutura dessa frase, a única afirmação inadequada é:

- (A) o termo inicial “onde” não se refere a nenhum lugar específico;
- (B) no segmento “e a verdade pela mentira” está omitida a forma verbal “é derrubada”;
- (C) no segmento “sob os olhos dos juízes” não se pode substituir a forma “sob” por “sobre”;
- (D) no segmento “o direito é derrubado pela iniquidade” há um exemplo de voz passiva em que o sujeito (o direito) sofre a ação;
- (E) no segmento “são derrubados os próprios juízes” não se pode colocar o sujeito (os próprios juízes) antes do verbo (são derrubados).

2

O jurista romano Ulpiano formulou o seguinte pensamento: “Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence”.

Abaixo aparecem cinco diferentes maneiras de reescrever essa mesma frase; a reescritura que mostra uma forma inadequada é:

- (A) Os preceitos do direito são tais: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence;
- (B) Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, dar a cada um o que lhe pertence e não ofender ninguém;
- (C) Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar o que lhe pertence a cada um;
- (D) São tais os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence;
- (E) Viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence: tais são os preceitos do direito.

3

Se reconheces que algo é injusto, tenta pôr fim à injustiça o mais rápido possível: para que esperar o próximo ano?

Essa frase critica um aspecto da justiça que é:

- (A) a corrupção do Poder Judiciário;
- (B) a ausência de funcionários competentes;
- (C) o fato de os juízes desfrutarem de privilégios;
- (D) a falta de responsabilidade dos magistrados;
- (E) a demora no julgamento dos processos.

4

Se reconheces que algo é injusto, tenta pôr fim à injustiça o mais rápido possível: para que esperar o próximo ano?

A relação semântico-gramatical que existe entre injusto / injustiça se repete em:

- (A) julgar / julgamento;
- (B) dificultoso / dificuldade;
- (C) rápido / rapidamente;
- (D) rouparam / rouparia;
- (E) figura / figuração.

5

“Quem critica a injustiça o faz não porque teme cometer ações injustas, mas porque teme sofrê-las”.

No caso desse pensamento de Platão, o verbo *fazer* substitui toda uma oração anterior (critica a injustiça); a mesma situação ocorre na seguinte frase:

- (A) Arrepende-se quem faz o que não deve;
- (B) Zangou-se com os amigos e fez uma longa denúncia;
- (C) Decidiu viajar e fez isso rapidamente;
- (D) Comprou um novo computador e fez o trabalho;
- (E) Ficou preocupado e fez a viagem de repente.

6

“Alguns tiveram a força como preço pelo próprio crime, outros, a coroa”.

Essa frase confirma o seguinte ditado popular:

- (A) O crime não compensa, às vezes;
- (B) Toda punição é maldade;
- (C) Olho por olho e dente por dente;
- (D) Pena intensa não cura bandido;
- (E) A prisão é escola do crime.

7

“Nunca serei juiz. Neste grande vale onde a espécie humana nasce, vive, morre, se reproduz, se cansa, e depois volta a morrer, sem saber como nem por quê, distingo apenas felizardos e desventurados”.

Nessa frase do escritor italiano Ugo Foscolo, a função do segundo período é:

- (A) contradizer o primeiro;
- (B) explicar melhor o que é dito antes de forma vaga;
- (C) repetir o mesmo pensamento já dito;
- (D) justificar a declaração anterior;
- (E) argumentar contra o primeiro período.

8

“Nunca serei juiz. Neste grande vale onde a espécie humana nasce, vive, morre, se reproduz, se cansa, e depois volta a morrer, sem saber como nem por quê, distingo apenas felizardos e desventurados”.

Nesse pensamento, os termos “como” e “por quê” indicam, respectivamente:

- (A) modo e causa;
- (B) meio e explicação;
- (C) meio e causa;
- (D) causa e explicação;
- (E) modo e explicação.

9

“Causam menos dano cem delinquentes do que um mau juiz”; no caso dessa frase, o vocábulo MAU está corretamente grafado; a frase abaixo em que esse mesmo vocábulo deveria ser grafado com a forma MAL é:

- (A) Mau é o juiz, se má é a sentença;
- (B) O castigo é mau, se não é justo;
- (C) O crime é sempre mau feito;
- (D) Todos devem combater o mau juiz;
- (E) Nem sempre um mau homem é um mau jurado.

10

“Sem instrução, as melhores leis tornam-se inúteis”.

Esse pensamento deve ser entendido do seguinte modo:

- (A) Se não houver educação dos cidadãos, as leis tornam-se inúteis;
- (B) Se as leis não forem acompanhadas de instruções de funcionamento, tornam-se inúteis;
- (C) Caso as leis não possuam instruções claras, elas se tornam inúteis;
- (D) Só com a educação dos juízes, as leis podem tornar-se úteis;
- (E) Se os juízes não forem pessoas cultas, as leis se tornam inúteis por não serem claras.

11

“As leis existem, mas quem as aplica?”

Esse pensamento de Dante Alighieri critica:

- (A) a má elaboração das leis;
- (B) o excesso de leis;
- (C) o rigor excessivo da polícia;
- (D) a fraqueza humana;
- (E) o controle demasiadamente rigoroso das leis.

12

A frase abaixo que mostra uma visão ironicamente negativa sobre a justiça é:

- (A) Em geral, a lei é a razão humana, na medida em que governa todos os povos da terra;
- (B) A lei é ordem; e uma boa lei é uma boa ordem;
- (C) A majestosa igualdade das leis, que proíbe tanto o rico como o pobre de dormir sob as pontes, de mendigar nas ruas e de roubar pão;
- (D) A lei deve ser breve para que os indoutos possam compreendê-la facilmente;
- (E) O mundo não pode se sustentar sem justiça.

13

Abaixo estão cinco frases com a negativa não; todas essas frases foram reescritas, eliminando-se essa negativa, mas mantendo-se o sentido original.

A frase em que houve alteração do sentido original é:

- (A) A justiça não existe onde não há liberdade / A justiça só existe onde há liberdade;
- (B) Se temes a solidão, não tentes ser justo / Se temes a solidão, tenta ser injusto;
- (C) O raciocínio e a pressa não se dão bem / O raciocínio e a pressa mostram más relações;
- (D) Não existem amores feios / Só existem amores bonitos;
- (E) Não se pode confiar em quem põe a mão no coração ao dar sua palavra / Pode-se desconfiar de quem põe a mão no coração ao dar sua palavra.

14

“Amai a justiça, / vós que julgais a terra”.

Considerando que esse pensamento é composto por dois segmentos (separados por uma barra inclinada), sobre a sua estrutura, é correto afirmar que:

- (A) o segundo segmento identifica a quem se refere o imperativo presente no primeiro segmento;
- (B) o segundo segmento mostra a causa da afirmação contida no primeiro segmento;
- (C) o segundo segmento explica o segmento anterior;
- (D) o primeiro segmento indica a condição de o segundo segmento ser realizado;
- (E) o primeiro segmento apresenta a consequência da ação presente no segundo.

15

“Excesso de direito, excesso de injustiça”.

A forma adequada de indicar-se de modo mais explícito a relação lógica desse pensamento é:

- (A) Se houver excesso de direito, haverá excesso de injustiça;
- (B) O excesso de direito é sempre seguido do excesso de injustiça;
- (C) Em havendo excesso de direito, desaparecerá o excesso de injustiça;
- (D) O excesso de direito ocorre em função do excesso de injustiça;
- (E) Quanto menor o excesso de direito, maior o excesso de injustiça.

16

“Quando um homem quer matar um tigre, chama isso de esporte; quando é o tigre que quer matá-lo, chama de ferocidade. A distinção entre crime e justiça não é muito maior”.

Esse pensamento de Bernard Shaw se estrutura a partir de uma:

- (A) igualdade;
- (B) oposição;
- (C) analogia;
- (D) diferença;
- (E) metaforização.

17

A frase abaixo em que o termo sublinhado repete ou se refere a um termo anterior é:

- (A) O justo é tranquilíssimo, o injusto é sempre muito solícito;
- (B) Raspai o juiz, encontrareis o carrasco;
- (C) Não pretendas ser juiz se não tens força para desenraizar as injustiças;
- (D) É natural desejar que se faça justiça; a maior de todas as almas não ficaria insensível ao prazer de ser conhecida como tal;
- (E) Causam menos dano cem delinquentes do que um mau juiz.

18

“É natural desejar que se faça justiça”.

Se transformarmos a oração reduzida “desejar” em uma oração desenvolvida, a forma adequada será:

- (A) que se deseje que se faça justiça;
- (B) o desejo de que se faça justiça;
- (C) que se desejasse que se faça justiça;
- (D) o desejo de que seja feita justiça;
- (E) desejarmos que se faça justiça.

19

Observe o seguinte diálogo:

A – Não há justiça sobre a terra.

B – Por acaso, existe no céu?

Sendo esse um texto argumentativo, o segundo argumentador apela para a seguinte estratégia:

- (A) emprega um argumento de autoridade religiosa;
- (B) utiliza-se de uma opinião pessoal como argumento;
- (C) foge do assunto, apresentando uma pergunta;
- (D) constrói um círculo vicioso;
- (E) opõe-se ao primeiro, com apelo ao bom senso.

20

“Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores”.

Indução é um processo lógico que parte do particular para o geral, como ocorre no seguinte raciocínio:

- (A) Todos os dias o metrô está cheio; hoje deve estar também;
- (B) Após as chuvas, as ruas ficam alagadas; hoje deve ter chovido durante toda a noite;
- (C) A torcida do Corinthians está presente em todos os jogos; domingo não deve ser diferente;
- (D) O estacionamento do restaurante está cheio de carros; o lucro desse restaurante deve ser alto;
- (E) Os carros brasileiros ainda mostram deficiências; o meu automóvel enguiçou ontem.

21

“Se algum dia inclinares a balança da justiça, não o faças com o peso das doações, mas com o da misericórdia”.

Esse pensamento de Dom Quixote condena o seguinte traço da justiça:

- (A) os privilégios do Judiciário;
- (B) a possibilidade de corrupção;
- (C) a indiferença pelos mais pobres;
- (D) o sentimentalismo exagerado;
- (E) o tecnicismo excessivo.

22

A frase abaixo que NÃO se estrutura com base numa oposição é:

- (A) A tortura é um meio seguro de absolver os criminosos robustos e condenar os fracos inocentes;
- (B) Muitos primeiros virão a ser os últimos;
- (C) A glória deve ser conquistada; a honra, por sua vez, basta que não seja perdida;
- (D) Nenhuma lei se adapta igualmente bem a todos;
- (E) Infeliz é aquele discípulo que não supera seu mestre.

Organização Judiciária do Estado do Ceará e Direitos das Pessoas com Deficiência

23

A Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará estabelece que a Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza será exercida por um Juiz de Direito em efetivo exercício na Capital, chamado de Juiz Diretor do Foro da Capital:

- (A) que é indicado pela Corregedoria-Geral de Justiça, devendo a escolha ser referendada pelo Presidente do Tribunal, admitida uma recondução;
- (B) que é auxiliado por 3 (três) Juízes de Direito em exercício na Comarca de Fortaleza, por ele indicados, com a aprovação do Presidente do Tribunal de Justiça;
- (C) a quem compete conceder férias e licenças aos magistrados e servidores lotados no Fórum da Capital;
- (D) a quem incumbe abrir, rubricar e encerrar livros dos titulares dos ofícios extrajudiciais de todas as Comarcas do Estado;
- (E) a quem compete processar e julgar originariamente os mandados de segurança contra atos do Prefeito de Fortaleza.

24

Consoante dispõe a Lei Estadual nº 16.397/17, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, além das atribuições de representar o Poder Judiciário em suas relações com os demais Poderes e de superintender todo o serviço da justiça, incumbe:

- (A) processar e ordenar o pagamento das requisições judiciais resultantes de sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, segundo atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça;
- (B) despachar, nos termos das leis processuais vigentes, os recursos interpostos de decisões do Tribunal para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, apreciando-lhes a admissibilidade;
- (C) editar atos normativos para instruir servidores do Poder Judiciário, notários e registradores, bem como responder a consultas a respeito do correto funcionamento do Poder Judiciário de primeiro grau e das serventias extrajudiciais;
- (D) apreciar, nos termos das leis processuais vigentes, os pedidos de concessão de efeito suspensivo aos recursos interpostos de decisões do Tribunal para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça;
- (E) presidir a distribuição dos processos no Tribunal, bem como assinar as atas e livros respectivos, organizados e guarnecidos pela Secretaria Judiciária, assim como orientar e fiscalizar os serviços judiciais e extrajudiciais em todo o Estado.

25

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15) dispõe que a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nesse sentido, o citado diploma normativo estabelece que:

- (A) a curatela de pessoa com deficiência será a mais ampla possível, não se limitando a afetar tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial;
- (B) a definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária e durará o maior tempo possível;
- (C) a pessoa com deficiência não poderá ser submetida à curatela, em qualquer hipótese;
- (D) a situação de curatela da pessoa com deficiência será exigida para emissão de documentos oficiais;
- (E) à pessoa com deficiência é facultada a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

26

De acordo com a Lei Estadual nº 16.397/17, na comarca de Fortaleza, aos Juízes de Direito das Varas da Infância e da Juventude compete, observadas as normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação complementar, processar e julgar, mediante distribuição, as ações de:

- (A) investigação de paternidade, cumuladas ou não com as de petição de herança;
- (B) destituição do poder familiar e de adoção quando tratarem de interesse de criança ou adolescente institucionalizados;
- (C) inventários e partilhas ou arrolamentos, quando for beneficiária criança ou adolescente;
- (D) supressão de consentimento do cônjuge e dos pais ou tutores, para o casamento dos filhos ou tutelados, sob sua jurisdição;
- (E) alimentos, inclusive quanto à revisão e exoneração do encargo, e as ações de nulidade e de anulação de testamento e as pertinentes à sua execução, quando envolver menor.

27

Visando a atender aos princípios constitucionais da celeridade e da eficiência, a Lei Estadual nº 16.397/17 tratou do chamado processo eletrônico.

A citada lei determina que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implantará ferramentas computacionais que permitam a tramitação em formato eletrônico de todos os casos novos de sua competência, observado um cronograma que contemple:

- (A) 50% (cinquenta por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2019;
- (B) 70% (setenta por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2019;
- (C) 80% (oitenta por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2020;
- (D) 100% (cem por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2020;
- (E) 100% (cem por cento) dos casos novos até 31 de dezembro de 2021.

28

A Lei Estadual nº 16.397/17 do Ceará dispõe sobre a organização judiciária do Estado, compreendendo a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares.

Em matéria de divisão judiciária, o mencionado diploma legal estabelece que:

- (A) o território do Estado do Ceará, para fins de administração do Poder Judiciário estadual, divide-se em comarcas simples e comarcas especiais;
- (B) os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como comarcas vinculadas, formando com as respectivas sedes uma única jurisdição;
- (C) as comarcas classificam-se em 3 (três) instâncias, denominadas inicial, intermediária e especial, de acordo com a efetiva demanda judicial;
- (D) o Tribunal de Justiça zelará para que todas as comarcas que contem com mais de 100.000 (cem mil) habitantes tenham, pelo menos, 1 (uma) unidade judiciária;
- (E) a Comarca de Fortaleza será agrupada em zonas judiciárias dotadas de juízes auxiliares com jurisdição na Capital, cuja atuação dependerá de designação da Presidência do Tribunal.

29

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece que em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados.

Nesse contexto, a mencionada lei dispõe que:

- (A) os veículos estacionados nas vagas reservadas não podem ser obrigados a exibir, em local de ampla visibilidade, a credencial de beneficiário, a ser confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito, para não serem estereotipados;
- (B) as citadas vagas devem equivaler a 2% (dois por cento) do total, garantida, no mínimo, 1 (uma) vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade;
- (C) as frotas de empresas de táxi devem reservar 1% (um por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência e os veículos que estejam efetivamente transportando pessoa com deficiência terão prioridade nas citadas vagas;
- (D) a cobrança diferenciada de tarifas ou de valores adicionais pelo serviço de táxi prestado à pessoa com deficiência é permitida, com o escopo de assegurar e custear as adaptações tecnológicas necessárias nos veículos;
- (E) o poder público deve fomentar o aumento do número dos veículos acessíveis à pessoa com deficiência nas frotas de empresas de táxi, mas não pode instituir incentivos fiscais com vistas a possibilitar tal acessibilidade.

30

A Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 230/2016 trata da adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares aos direitos da pessoa com deficiência.

Em relação à jornada de trabalho, a citada resolução estabelece que a concessão de horário especial conforme o art. 98, § 2º, da Lei nº 8.112/90, a servidor com deficiência não justifica qualquer atitude discriminatória, e que:

- (A) ao servidor a quem se tenha concedido horário especial poderá ser negado ou dificultado o exercício de função de confiança ou de cargo em comissão, pois está em situação fática diversa em relação aos demais servidores;
- (B) o servidor com horário especial será obrigado a realizar, em qualquer hipótese, conforme o interesse da Administração, horas extras, mas limitadas à terça parte de sua jornada ordinária;
- (C) ao servidor que comprove possuir impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, é garantido horário especial com redução na ordem de 50% (cinquenta por cento) no cumprimento de sua jornada de trabalho;
- (D) caso haja a possibilidade de acumulação de banco de horas pelos demais servidores do órgão, também deverá ser admitida a mesma possibilidade em relação ao servidor com horário especial, mas de modo proporcional;
- (E) caso o órgão, por sua liberalidade, determine a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, ainda que por curto período, esse mesmo benefício não poderá ser aproveitado pelo servidor a quem tenha sido concedido horário especial.

Conhecimentos Específicos

31

O Tribunal de Justiça do Ceará, após regular processo licitatório, contratou a sociedade empresária XXX para aquisição de determinados equipamentos de informática. Tão logo a contratada entregou o primeiro lote da compra, o Tribunal verificou que, diante da criação de novas varas especializadas, seria necessário um acréscimo na quantidade dos mesmos produtos originalmente contratados.

No caso em tela, a contratada está:

- (A) obrigada a aceitar a alteração unilateral do contrato pelo Tribunal, desde que respeitado o limite de 25% para acréscimo e mantido seu equilíbrio econômico-financeiro;
- (B) obrigada a aceitar a alteração unilateral do contrato pelo Tribunal, desde que respeitado o limite de 50% para acréscimo e mantido seu equilíbrio econômico-financeiro;
- (C) obrigada a aceitar a alteração unilateral do contrato pelo Tribunal, desde que respeitado o limite de 100% para acréscimo e mantido seu equilíbrio econômico-financeiro;
- (D) desobrigada a aceitar a alteração unilateral do contrato pelo Tribunal, que poderá ocorrer na hipótese de acordo entre as partes do contrato administrativo, desde que respeitado o limite de 100% para acréscimo;
- (E) desobrigada a aceitar a alteração unilateral do contrato pelo Tribunal, que poderá ocorrer na hipótese de acordo entre as partes do contrato administrativo, desde que respeitado o limite de 50% para acréscimo.

32

Para aumentar seu poder de controle e supervisão da Administração Indireta, certo governante resolveu centralizar várias atividades para seus entes estatais. Assim, a Administração Direta passou a contar com mais órgãos.

Um órgão da Administração Pública Direta brasileira é:

- (A) FUNAI;
- (B) INSS;
- (C) Casa Civil;
- (D) INMETRO;
- (E) INPI.

33

Um desembargador responsável por um órgão do Poder Judiciário constatou que era necessário rever a estrutura e os processos internos do referido órgão. Após diagnóstico profissional e planejamento, começaram as mudanças e várias atividades e recursos foram redistribuídos.

A função da administração responsável pela distribuição de tarefas e recursos na organização é o(a):

- (A) processo decisório;
- (B) planejamento tático;
- (C) planejamento estratégico;
- (D) organização;
- (E) departamentalização.

34

O professor Alfred Chandler disse que a “estrutura segue a estratégia”. Se o novo servidor público quer entender mais a nova organização e sua respectiva estratégia, é recomendável analisar sua estrutura.

A estrutura organizacional que apresenta pequena amplitude de controle é a:

- (A) aguda ou vertical;
- (B) horizontal;
- (C) hierárquica;
- (D) analítica;
- (E) operacional.

35

No setor público, não basta ter boas ideias e boa vontade. É importante planejar, dirigir e controlar com qualidade.

Os planos geralmente realizados por gerentes médios, que focam em unidades e departamentos organizacionais e que têm dimensão temporal de médio prazo, são denominados:

- (A) estratégicos;
- (B) focados;
- (C) operacionais;
- (D) holísticos;
- (E) táticos.

36

Um experiente executivo da iniciativa privada foi indicado para ser diretor de um órgão público. Uma de suas maiores dificuldades iniciais foi entender o processo licitatório e a posterior contratação.

O contrato administrativo é entendido como:

- (A) o ajuste de vontades firmado entre órgãos da Administração Pública, segundo regime jurídico de Direito Privado;
- (B) obrigatório, no caso de concorrência em tomada de preços, e é regido segundo regime jurídico de Direito Público;
- (C) aquele em que não é lícito alteração unilateral do contrato pela Administração, nem sua rescisão unilateral, e é regido segundo regime jurídico de Direito Privado;
- (D) aquele em que não é possível ter cláusulas exorbitantes, embora sejam cláusulas comuns em contratos particulares, e é regido segundo regime jurídico de Direito Privado;
- (E) todo ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculos e a estipulação de obrigações recíprocas, segundo regime jurídico de Direito Público.

37

Organizações existem para entregar valor para seus clientes – ou cidadãos, no caso das organizações públicas – por meio de seus produtos e/ou serviços. Para isso, é importante a harmonia entre a gestão estratégica, a gestão de projetos e a gestão de processos.

O conceito de processo corresponde a:

- (A) atividades que englobam a definição de objetivos organizacionais e concepção de planos para alcançá-los;
- (B) um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo;
- (C) um conjunto de atividades temporárias e exclusivas;
- (D) um conjunto de atividades relacionadas, com início, meio e fim definidos, duração e recursos limitados;
- (E) uma agregação de atividades e comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar um ou mais resultados.

38

Para aumentar a eficácia do Tribunal, foi contratado um consultor com o objetivo de melhorar todas as funções administrativas de determinado setor. Uma dessas funções administrativas tem dupla atribuição: monitorar as atividades planejadas, assegurando que sejam executadas conforme planejado, e corrigir os desvios, a partir de medidas corretivas.

Tal função administrativa é:

- (A) o planejamento;
- (B) a organização;
- (C) a direção;
- (D) o controle;
- (E) a execução.

39

Com o escopo de fomentar a especialização do órgão, com a consequente e posterior melhor capacitação dos servidores lá lotados, determinado Tribunal de Justiça, no exercício de função administrativa, observadas as formalidades legais, subdividiu o então Departamento de Engenharia e Licitações em dois novos departamentos, um de Engenharia e outro de Licitações.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, esse desmembramento de um órgão em dois, com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público e assim atender ao princípio da eficiência, é a:

- (A) delegação administrativa;
- (B) centralização administrativa;
- (C) concentração administrativa;
- (D) desconcentração administrativa;
- (E) descentralização administrativa.

40

Após ingressar no Poder Judiciário, Ícaro iniciou seus trabalhos assessorando um gestor no planejamento e execução de tarefas rotineiras comuns em seu departamento. Ícaro e seu chefe são responsáveis pela definição de procedimentos e processos específicos de curto prazo.

Ícaro e seu gestor encontram-se no nível organizacional:

- (A) tático;
- (B) gerencial;
- (C) estratégico;
- (D) operacional;
- (E) corporativo.

41

No processo de registro dos estágios da receita orçamentária, os procedimentos que envolvem a verificação da procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e a inscrição do débito desta corresponde a:

- (A) previsão;
- (B) liquidação;
- (C) lançamento;
- (D) arrecadação;
- (E) inscrição em dívida ativa.

42

As receitas orçamentárias são codificadas para possibilitar melhor controle e gestão dos recursos arrecadados pelos entes públicos. De acordo com o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, na classificação da receita por natureza, o último dígito corresponde ao tipo, que tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, conforme quadro a seguir.

1	1	1	3.01.1	1
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita	Tipo
Receita Corrente	Tributária	Impostos	Impostos sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	

Nesse caso, o dígito correspondente ao tipo indica que se trata do valor referente a:

- (A) receita principal;
- (B) dívida ativa da receita principal;
- (C) multa e juros da receita principal;
- (D) multa e juros da dívida ativa da receita principal;
- (E) montante da receita principal acrescido de multa e juros da respectiva receita.

43

O gestor de um órgão público solicitou a dois servidores (Alfa e Beta) que cada um comprasse 10 lâmpadas para projetores multimídia utilizados no órgão. O gestor informou que o valor limite para a compra de cada lote de 10 lâmpadas, conforme especificação fornecida, seria de R\$ 1.500,00. O servidor Alfa comprou as lâmpadas por R\$ 1.390,00 e o servidor Beta por R\$ 1.500,00. Ambos os lotes foram entregues em perfeitas condições, porém o lote adquirido pelo servidor Beta foi entregue um dia antes do prazo.

Considerando a situação exposta, é correto afirmar que:

- (A) ambos os servidores foram igualmente eficientes;
- (B) apenas o servidor Alfa foi eficaz na aquisição;
- (C) apenas o servidor Alfa foi eficiente na aquisição;
- (D) o servidor Beta foi mais efetivo na aquisição;
- (E) o conceito de eficácia foi atendido por ambos os servidores.

44

Ao iniciar o exercício financeiro, o orçamento de um ente era de R\$ 15 milhões, conforme dados do quadro a seguir, em milhares de reais.

	Dotação Inicial	Créditos Adicionais
Despesas Correntes	11.000,00	800,00
Despesas de Capital	4.000,00	500,00

Sabe-se que 10% da dotação atualizada para despesa de capital foi contingenciada no início do segundo semestre. Ao final do exercício financeiro, apurou-se que 90% das despesas correntes e a dotação disponível de despesas de capital foram empenhadas; além disso, 90% dos empenhos foram liquidados e 15% desses ficou pendente de pagamento.

Considerando as informações fornecidas, o valor total, em milhares de reais, das despesas a serem inscritas em restos a pagar não processados corresponde a:

- (A) 1.390,00;
- (B) 1.467,00;
- (C) 1.512,00;
- (D) 1.980,45;
- (E) 3.447,45.

45

Em geral entende-se receita pública como todo ingresso de recurso nos cofres públicos, mas nem todo ingresso corresponde a uma receita orçamentária que pode ser utilizada como fonte de financiamento das ações públicas.

Uma das características dos chamados ingressos extraorçamentários é que:

- (A) constituem dívida fundada do ente;
- (B) possuem caráter compensatório e não devolutivo;
- (C) podem ser destinados à cobertura de créditos extraordinários;
- (D) são registrados como excesso de arrecadação;
- (E) suas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.

Considere as informações do Quadro I a seguir, com valores expressos em milhares de reais, originados da execução orçamentária de um ente da federação.

Órgão/Unidade Orçamentária	Secretaria Estadual de Saúde	
Função	Saúde	
Subfunção	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	Saúde para todos	
Atividade/Projeto/Operação Especial	Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde no Estado do Ceará	
Despesas de capital/Investimentos	Obras e Instalações	1.750.000,00
	Material Permanente	980.000,00
	Material de Consumo	310.000,00
Despesas correntes/Outras Despesas Correntes	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	275.000,00
Modalidade de Aplicação	Aplicação Direta	
Fonte	Recursos do Tesouro	

46

A partir das informações da programação orçamentária apresentada no Quadro I, é correto afirmar que:

- (A) a ação orçamentária dispensa previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (B) a ação orçamentária, por suas características, deve ser classificada como um projeto;
- (C) a ação orçamentária foi autorizada mediante abertura de crédito adicional suplementar;
- (D) refere-se a um programa com características de apoio administrativo;
- (E) trata-se de uma despesa realizada por meio de convênio com o governo federal, mediante destaque de crédito.

47

Considerando isoladamente as informações sobre despesas correntes e despesas de capital apresentadas no Quadro I, o montante de recursos aplicado no programa que representa despesa efetiva corresponde a:

- (A) 310.000,00;
- (B) 585.000,00;
- (C) 1.565.000,00;
- (D) 2.730.000,00;
- (E) 3.315.000,00.

48

Considerando os instrumentos e normas aplicáveis ao orçamento público e as informações da programação orçamentária apresentada no Quadro I, é correto afirmar que:

- (A) a dotação atribuída ao crédito orçamentário corresponde a 2.730.000,00;
- (B) o limite de empenho para a execução das ações programadas corresponde a 3.315.000,00;
- (C) os créditos orçamentários correspondem a uma única natureza de despesa;
- (D) os créditos orçamentários devem ser executados na modalidade de empenho estimativo;
- (E) os valores correspondem à descentralização de crédito entre órgãos do mesmo orçamento.

49

Em relação à elaboração e execução do orçamento público, a Constituição da República de 1988 veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, porém há uma série de ressalvas a essa vedação.

Uma dessas ressalvas refere-se à:

- (A) concessão de transferências voluntárias de recursos por meio de convênios;
- (B) dedução de valores para apuração da receita corrente líquida;
- (C) destinação de recursos para realização de atividades da administração tributária;
- (D) impossibilidade de contingenciamento de despesas que constituem obrigações legais;
- (E) limitação de recursos para execução impositiva de emendas parlamentares ao orçamento.

50

Um órgão público necessita contratar um serviço a ser custeado com recursos de um convênio, que tem orçamento limitado. Logo, o gestor do órgão considerou mais adequado que o instrumento licitatório defina o preço certo e total.

Nesse caso, considerando unicamente as informações fornecidas, trata-se de uma:

- (A) empreitada integral;
- (B) empreitada por preço global;
- (C) empreitada por preço unitário;
- (D) execução direta;
- (E) tarefa.

51

João, Juiz de Direito, respondeu a processo disciplinar no âmbito do Tribunal de Justiça e foi absolvido. Insatisfeito com a absolvição, Pedro, o representante, decidiu levar o caso ao conhecimento do Conselho Nacional de Justiça.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Conselho Nacional de Justiça:

- (A) não pode reexaminar o caso, em razão da autonomia do Tribunal de Justiça;
- (B) somente poderia reexaminar o caso se a decisão tivesse sido desfavorável a João;
- (C) somente poderia reexaminar o caso a pedido do Ministério Público;
- (D) pode rever o caso até um ano após a decisão do Tribunal de Justiça;
- (E) pode reexaminar a absolvição de João a qualquer tempo.

52

Maria solicitou a matrícula do seu filho de 8 (oito) anos na Escola Municipal Beta, o que foi indeferido, por escrito, pelo Diretor, sob o argumento de que a requerente, ao preencher o respectivo formulário, declarara ser filiada a um partido político distinto daquele a que estava filiado o Prefeito Municipal.

Por entender que o indeferimento era incompatível com a ordem jurídica, Maria solicitou que o seu advogado ajuizasse a ação constitucional cabível para que o juízo competente determinasse a matrícula de seu filho na escola.

Trata-se da seguinte ação:

- (A) *habeas corpus*;
- (B) *habeas data*;
- (C) mandado de segurança;
- (D) mandado de injunção;
- (E) mandado de educação.

53

Zélia, Deputada Estadual, após constatar que a União e os Estados tinham competência concorrente para legislar sobre determinada matéria, solicitou que sua assessoria analisasse os limites da atuação da Assembleia Legislativa nessa temática, sendo-lhe respondido corretamente que:

- (A) caso a União discipline integralmente a matéria, será vedado que o Estado nela incursione;
- (B) o Estado pode legislar livremente sobre a matéria e, no caso de divergência da lei local com a da União, aquela prevalece;
- (C) o Estado terá competência plena caso a União não tenha editado lei veiculando normas gerais sobre a matéria;
- (D) o Estado somente poderá suplementar a lei federal caso esta o autorize expressamente;
- (E) o Estado pode editar normas gerais sobre a matéria, mas deve observar os pontos específicos disciplinados pela União.

54

O Deputado Federal João apresentou projeto de lei dispondo sobre a prestação de assistência religiosa em prisões, a ser ofertada pelas confissões religiosas e sem custo para o Poder Público. Após o curso regular do processo legislativo, foi promulgada a Lei nº XX/2019.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República de 1988, a referida Lei é:

- (A) incompatível com a ordem constitucional, pois o caráter laico do Estado impede a assistência religiosa nas prisões;
- (B) compatível com a ordem constitucional, pois esse tipo de assistência religiosa, nos termos da lei, é um direito fundamental;
- (C) incompatível com a ordem constitucional, pois o projeto de lei somente poderia ter sido apresentado pelo Presidente da República;
- (D) compatível com a ordem constitucional, desde que a assistência religiosa seja simultaneamente oferecida, a cada preso, por todas as religiões existentes;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois as pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos de internação coletiva não têm direito a assistência religiosa.

55

Com vistas a permitir que as pessoas se defendam do crescimento vertiginoso da violência na Cidade Alfa, algumas dezenas de pessoas decidem criar, com esse objetivo social, a Associação Beta. Foram estabelecidos como requisitos, para o ingresso na associação, que a pessoa tivesse direito ao porte de arma, que seria usada diariamente nas atividades internas e externas dos associados, e aceitasse vestir o uniforme da associação.

Considerando a sistemática constitucional, a Associação Beta:

- (A) não poderia funcionar, em razão do seu nítido caráter paramilitar;
- (B) só poderia funcionar mediante prévia autorização do Poder Público;
- (C) poderia funcionar independentemente de prévia autorização, pois é assegurada a liberdade de associação;
- (D) não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação;
- (E) só poderia funcionar caso fosse previamente editada lei disciplinando o funcionamento de associações como essa.

56

Maria, Juíza de Direito titular há muitos anos da Vara Única da Comarca Alfa, proferiu decisão que desagradou os interesses de diversas pessoas poderosas, as quais propagaram que iriam providenciar a sua retirada forçada da Comarca.

À luz da sistemática constitucional, em relação à remoção de Maria da Comarca Alfa, contra a sua vontade, é correto afirmar que:

- (A) pode ser livremente efetivada, com base no princípio da eficiência;
- (B) só pode ocorrer por decisão judicial, após o processo ordinário regular;
- (C) pode ser efetivada apenas por decisão do Presidente do Tribunal de Justiça;
- (D) não pode ocorrer em hipótese alguma, considerando a garantia da inamovibilidade;
- (E) só pode ocorrer, por motivo de interesse público, pelo voto da maioria absoluta do colegiado competente.

57

Por falha humana, ocorreu um grande vazamento de dejetos químicos no Rio Alfa, daí resultando danos de grandes proporções no respectivo ecossistema, com perdas irreparáveis para a fauna e a flora, além de impossibilitar o consumo da água do referido rio. O pescador João, ao tomar conhecimento dos fatos, decidiu representar ao Ministério Público visando à adoção das medidas cabíveis para obrigar os responsáveis a recuperar o ecossistema.

À luz da sistemática constitucional, o Ministério Público:

- (A) pode promover o inquérito civil, mas não a ação civil pública, pois o interesse é coletivo;
- (B) pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, pois se trata de um interesse difuso;
- (C) pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, pois se trata de um interesse coletivo;
- (D) pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, pois se trata de um interesse individual homogêneo;
- (E) não pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, pois o interesse do pescador é disponível.

58

João, Prefeito Municipal, foi informado de que deveria realizar duas nomeações, a primeira para um cargo em comissão e a segunda para uma função de confiança.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) ambas as nomeações devem recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (B) a primeira nomeação deve sempre recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (C) a primeira nomeação pode e a segunda deve recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (D) apenas a segunda nomeação pode recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (E) nenhuma das nomeações deve recair sobre servidores já ocupantes de cargos de provimento efetivo.

59

Maria, logo após tomar posse no cargo eletivo de Senadora, foi procurada pelas autoridades competentes e informada sobre a existência de provas de que teria praticado um crime contra o patrimônio de João.

À luz da sistemática constitucional, o Ministério Público:

- (A) não pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, durante o mandato de Maria;
- (B) pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, desde que haja concordância de Maria;
- (C) pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, desde que haja autorização do Senado Federal;
- (D) pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, não dependendo de autorização;
- (E) pode apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, desde que haja autorização do Congresso Nacional.

60

Maria, esposa do Prefeito João, que exercia a chefia do Poder Executivo no Município Gama, foi informada pelo advogado da família que, de acordo com a ordem constitucional, não poderia candidatar-se ao cargo eletivo de Vereador no mesmo Município.

Essa vedação é denominada:

- (A) perda dos direitos políticos;
- (B) vedação eleitoral;
- (C) inabilitação;
- (D) suspensão dos direitos políticos;
- (E) inelegibilidade.

61

O serviço público está submetido ao regime de direito público, com aplicação de regras específicas trazidas pela Lei nº 8.987/95. Assim, o serviço público deve ser prestado:

- 1) com a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua conservação; e
- 2) mediante tarifas mais baixas possíveis cobradas dos usuários, a fim de manter a prestação do serviço à maior parte possível da coletividade.

As duas características acima descritas traduzem, respectivamente, os princípios do serviço público da:

- (A) modicidade e continuidade;
- (B) atualidade e modicidade;
- (C) economicidade e continuidade;
- (D) universalidade e eficiência;
- (E) generalidade e competitividade.

62

O art. 43, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual do Ceará nº 16.397/17, estabeleceu que os Juízes das Turmas Recursais serão substituídos em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos nos termos de resolução aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça. No dia 06/06/19, o citado Órgão Especial editou a Resolução nº 10/2019, que dispõe sobre a atuação de juízes suplentes no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado.

Em matéria de poder administrativo, tal resolução decorre do poder:

- (A) hierárquico;
- (B) disciplinar;
- (C) advocatório;
- (D) legiferante;
- (E) normativo.

63

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de regime jurídico, é correto afirmar que uma autarquia estadual do Ceará:

- (A) não possui personalidade jurídica própria e autonomia financeira, pois está vinculada ao ente federativo que a criou;
- (B) não está hierarquicamente subordinada ao ente federativo que a criou, mas se sujeita a controle finalístico;
- (C) não pode cobrar taxas e demais tributos para exercício do poder de polícia ou prestação de serviços públicos inerentes às suas finalidades;
- (D) tem seu pessoal regido pela consolidação das leis do trabalho, e o ingresso no serviço público se dá por meio de concurso público;
- (E) integra a administração pública indireta, possui personalidade jurídica de direito privado e é criada por delegação negocial do Chefe do Executivo estadual.

64

A Lei nº 8.666/93 prevê que a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

Via de regra (desde que o objeto do contrato não seja de grande vulto e envolva alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis), tal garantia:

- (A) não excederá a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado pelos índices oficiais;
- (B) não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele;
- (C) consistirá em 15% (quinze por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele;
- (D) consistirá em 30% (trinta por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado pelos índices oficiais;
- (E) consistirá em 20% (vinte por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele.

65

Em matéria de controle da administração pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Judiciário do Estado do Ceará é exercida mediante controle:

- (A) interno pela Controladoria-Geral do Estado, não estando sujeito a qualquer controle externo pelo princípio constitucional da separação dos poderes;
- (B) interno pelo próprio Tribunal de Justiça, não estando sujeito a qualquer controle externo por sua autonomia e independência em relação aos demais poderes;
- (C) interno pelo Ministério Público do Estado, não estando sujeito a controle externo pelo Legislativo e Executivo, em razão do princípio constitucional da separação dos poderes;
- (D) externo pela Assembleia Legislativa Estadual, com auxílio do Tribunal de Contas do Ceará;
- (E) externo pelo Poder Executivo Estadual, com auxílio do Conselho Nacional de Justiça.

66

O Governo do Estado do Ceará pretende contratar entidade privada sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca e pela falta regular de água. Após o devido processo administrativo, restou evidenciado que o valor de mercado estimado para o contrato administrativo pretendido é de um milhão de reais.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a contratação em tela:

- (A) pode ocorrer com dispensa de licitação, por expressa previsão legal;
- (B) pode ocorrer com inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal;
- (C) deve necessariamente ser precedida de procedimento licitatório, na modalidade convite, em razão do valor do contrato;
- (D) deve necessariamente ser precedida de procedimento licitatório, na modalidade tomada de preços, em razão do valor do contrato;
- (E) deve necessariamente ser precedida de procedimento licitatório, na modalidade concorrência, em razão do valor do contrato.

67

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, processo administrativo é uma série concatenada de atos administrativos, obedecendo a uma ordem previamente estabelecida pela lei, com uma finalidade específica que enseja a prática de um ato final.

Consoante dispõe a Lei nº 9.784/99, nos processos administrativos serão observados, entre outros, o critério de:

- (A) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;
- (B) atendimento a fins de interesse geral, permitida, em qualquer caso, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências;
- (C) divulgação oficial dos atos administrativos, vedada qualquer hipótese de sigilo;
- (D) impulsão, pelos interessados, do processo administrativo, vedado o andamento de ofício;
- (E) interpretação da norma da forma que melhor garanta o fim público, inclusive com aplicação retroativa de nova interpretação.

68

Em um fórum no interior do Estado do Ceará, no horário de expediente, o cidadão e jurisdicionado João, que possui mobilidade reduzida, em razão de acidente, descia com sua cadeira de rodas, pela rampa de entrada que garante acessibilidade à pessoa com deficiência, quando foi atingido por um carrinho cheio de autos de processos que era empurrado pelo técnico judiciário José, que se distraiu quando seu celular tocou. João foi arremessado ao chão, sofrendo lesões em sua perna que geraram a necessidade de intervenção cirúrgica.

Ao procurar a Defensoria Pública buscando ingressar com ação indenizatória, João foi informado de que, no caso:

- (A) incide a responsabilidade civil subjetiva, por parte do Poder Judiciário do Ceará, e é necessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- (B) incide a responsabilidade civil objetiva, por parte do Estado do Ceará, e é desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- (C) incide a responsabilidade civil objetiva, por parte do Poder Judiciário do Ceará, e é necessária a comprovação do dolo ou culpa de agente público;
- (D) não incide a responsabilidade civil objetiva do Estado do Ceará nem do Poder Judiciário estadual, pois se tratou de um acidente, sem dolo ou culpa de agente público;
- (E) não incide qualquer responsabilidade civil, pois se tratou de caso fortuito ou força maior, sem qualquer falha na prestação do serviço público ou culpa e dolo de agente público.

69

No bojo de um processo judicial, o Magistrado determinou ao servidor público João, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário lotado no cartório daquele juízo, que certificasse acerca da data de protocolo de certo recurso apresentado pelo réu, para fins de aferição de sua tempestividade. Atendendo à ordem do Juiz de Direito, João subscreveu a certidão.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, levando em conta a classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente e quanto aos seus efeitos, o ato administrativo praticado por João é chamado, respectivamente, de:

- (A) discricionário e concreto;
- (B) composto e interno;
- (C) vinculado e declaratório;
- (D) de gestão e abstrato;
- (E) de império e constitutivo.

70

João é ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça e exerce o cargo de gerente do departamento de compras. No exercício da função, João recebeu vantagem econômica consistente em vinte mil reais, para fazer declaração falsa sobre a quantidade de mercadorias fornecidas ao Tribunal, por força de contrato administrativo de aquisição de material de escritório firmado com determinada sociedade empresária.

No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92, João:

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, por se tratar de servidor do Poder Judiciário, mas deve responder nas searas criminal e disciplinar;
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve comprovação de prejuízo ao erário, mas deve responder na seara disciplinar;
- (C) praticou ato de improbidade administrativa e por isso está sujeito, dentre outras sanções, ao ressarcimento integral do dano, perda da função pública, cassação dos direitos políticos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;
- (D) praticou ato de improbidade administrativa e por isso está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial;
- (E) praticou ato de improbidade administrativa e por isso está sujeito, dentre outras sanções, ao ressarcimento integral do dano, perda da função pública, cassação dos direitos políticos e pena privativa de liberdade por ato de corrupção a ser cumprida em regime fechado.

Redação

Você deve produzir um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema abaixo, em língua portuguesa culta, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem seus membros indicados pelo Presidente da República; assim o ex-presidente Lula indicou Joaquim Barbosa para o cargo – o primeiro negro a ocupar esse posto; o presidente atual pensa em indicar um evangélico para o Tribunal.

Na sua opinião, quais devem ser os atributos necessários a uma pessoa para que ela se torne membro do STF?

Realização

